

**Vozes sob a ditadura: a manifestação dos cidadãos através da imprensa escrita
(1978-1979)**

Rosemary Machado de Souza

Este artigo faz parte de uma pesquisa desenvolvida para a graduação, cuja proposta pautou-se em analisar a participação política do cidadão “comum” no processo de redemocratização do Brasil iniciado em 1974 e terminado em 1985. Para estudar o tema, optou-se, particularmente, pelo período de 1978 e 1979 por nesses anos acontecerem fatos marcantes, como por exemplo, o fim da censura à imprensa escrita em junho e a extinção do AI-5 (Ato Institucional nº 5)¹ em 1978, bem como a anistia e as grandes greves de trabalhadores ocorridas em 1979. O intuito foi perceber se esse cidadão “comum” participou desse processo e de que forma isto aconteceu.

O Brasil, a partir da segunda metade dos anos setenta, enfrentava uma forte crise expressada em várias esferas da sociedade, colocando “em cheque” o regime militar implantado a partir de 1964. Esse momento de crise do governo militar, marcado por avanços e recuos no processo de redemocratização, teve a participação decisiva da sociedade civil. Tradicionalmente, parte significativa da historiografia clássica² tem analisado que tal participação esteve reduzida, por um lado, aos militantes de esquerda, aos políticos do partido de oposição – MDB (Movimento Democrático Brasileiro), parte da intelectualidade, estudantes radicais, alguns jornalistas e profissionais liberais; e, por outro lado, às organizações coletivas e instituições, tais como a Igreja Católica, sindicatos, associações de bairros, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Nessa linha de análise feita por parte dessa historiografia, o cidadão “comum” é percebido como participante da sociedade somente via eleitoral, embora estivesse cada vez mais hostil à ditadura e descontente com os caminhos trilhados pelo governo militar, sendo vistos, portanto, como participantes passivos submetidos ao temor da repressão e da autocensura vigente nos veículos de informação que, coadunados com o sistema ou pelo medo de romper a abertura que vinha se processando, não expunham críticas severas às atuações do Estado.

Entretanto, essas análises suscitam um questionamento: será que realmente o cidadão “comum”, aquele não engajado coletivamente, estava alijado das questões políticas, econômicas e sociais que se desenrolavam no país? Nesse sentido, este artigo busca responder a participação desses cidadãos no processo de redemocratização do regime militar, procurando demonstrar a existência de uma participação política *ativa, individual e direta* por esses sujeitos da sociedade brasileira compostos por uma diversidade de pessoas, de donas de casa e operários a políticos e empresários dissociados das agremiações coletivas anteriormente referidas. E, para poderem empreender essa

participação, estes sujeitos utilizaram a seção *Cartas* reproduzidas nas revistas *Veja* e *Istoé* nos anos de 1978 e 1979 como um canal de participação, visando se comunicar com o governo e a sociedade em geral, exercendo assim sua cidadania.

Logo, a seção *Cartas* dessas revistas, torna-se uma fonte *essencial* para proceder tal análise. Primeiro, porque são duas revistas com linhas editoriais diferentes para poder obter dados de comparação entre uma e outra e, ambas possuem uma circulação nacional; segundo, porque apresentam uma diversificação de leitores os quais podem ser considerados como representantes dos diversos setores da sociedade (intelectuais, políticos, empresários, estudantes, donas de casa e trabalhadores em geral) e, além disso, no conjunto, estes leitores comunicando-se e interagindo na comunidade foram sujeitos do processo histórico independentemente das restrições civis e políticas a que estavam submetidos nos anos de 1978 e 1979. Além do mais, precisava ser uma fonte que possibilitasse compor um contexto histórico, na medida em que esta detectasse diferentes acontecimentos presentes no período de análise, assim como distintos pensamentos e anseios de, pelo menos, parte dessa sociedade.

Em relação se as cartas dos leitores publicadas eram verídicas, autênticas e confiáveis para a análise proposta foram contatados alguns missivistas daquela época, bem como as pessoas envolvidas com esta seção nas referidas revistas, pois se as cartas fossem inventadas pela redação das revistas estudadas ou tivessem sido manipuladas, elas não serviriam como objeto histórico por não serem confiáveis ao esclarecimento dos pontos propostos. Para isso, foram localizados doze leitores da cidade de Natal/RN e entrevistado o senhor Mino Carta – diretor da revista *Istoé* naquela época. Quanto ao diretor da *Veja*, este não pôde ser entrevistado por encontrar-se no exterior no período da elaboração da presente pesquisa. Mesmo assim, os resultados obtidos comprovaram a autenticidade das cartas em relação ao seu teor e autoria. Portanto, a seção *Cartas* pode ser considerada como fonte legítima para analisar tal sociedade.

A metodologia empregada para a análise dessas cartas partiu primeiro de uma seleção de todas as cartas publicadas em 78/79, elegendo aquelas que abordassem aspectos políticos, econômicos e sociais e contendo, ao mesmo tempo, as opiniões ou anseios dos leitores sobre estes temas. Depois, as cartas foram classificadas, de acordo com o elemento mais preponderante a partir de três eixos principais: a participação política, econômica e social e dentro destes, em subtemas gerais e mais específicos, ainda que, em alguns deles, existissem outros elementos secundários, sendo difícil quantificar quantas cartas versavam sobre política, economia ou assuntos mais sociais, até porque muitas delas mesclavam todos estes aspectos.

Imprescindível também a análise de algumas reportagens publicadas na *Veja* e *Istoé* para compreender os motivos que suscitaram o desejo dos leitores de se pronunciarem; as

seções *Carta ao Leitor (Veja)* e *Política (Istoé)* – que podem ser compreendidas como o editorial das revistas; alguns depoimentos de jornalistas censurados publicados na bibliografia afim que ajudassem na observação da participação da imprensa nesse momento; alguns documentos emitidos pela Polícia Federal e, por fim, os bilhetes emitidos pelos órgãos e representantes dos departamentos de censura repassados como documentos internos da revista *Veja*, cujo conteúdo denuncia os assuntos que deveriam ser omitidos ou apresentados para a população³. Isso foi importante para poder verificar quais as informações que a sociedade recebia e como, a partir delas, as interpretava.

Como não é possível demonstrar neste artigo todos os resultados obtidos na pesquisa, a seguir se fará de maneira sucinta uma pequena caracterização dos leitores e seus pensamentos, assim como de que maneira a seção *Cartas* serviu como um canal para o exercício da *participação política* desse cidadão “comum”, chamado a partir de então de leitor-cidadão⁴, dando sugestões, críticas e até concordância com o contexto histórico vivido por eles.

A respeito do universo desses leitores-cidadãos, a análise das cartas revelou uma diversidade de leitores compostos por distintas classes sociais, assinantes ou não das revistas, determinando estes serem representantes legítimos da sociedade brasileira na época. Também se detectou diferentes posicionamentos políticos e interesses, além de uma abrangência de leitores que percorre todo o território nacional, inclusive com brasileiros residentes no exterior conforme se pode notar por algumas cartas transcritas abaixo:

Sou trabalhador, operário, e por isso mesmo, não posso assinar *Veja*, mas sempre que posso adquiro um exemplar desta conceituada publicação. [...].⁵

Tomei a liberdade de te escrever e peço não reparar os erros do meu português, porque sou uma obscura e quase analfabeta dona de casa. Não assino as revistas *Veja* e *Istoé*, mas as peço emprestadas a uma vizinha. [...].⁶

Nunca o Brasil passou por uma fase de tanta corrupção política e administrativa como a atual. Em cada Estado, de quatro em quatro anos, assalta o poder, através de pseudo-eleições indiretas das quais o povo não participa, uma camarilha sedenta de dinheiro e de gozos materiais. [...] Têm medo da democracia e da liberdade como o diabo da cruz. Por isso procuram, por todos os meios, distorcer a democracia, engendrando fórmulas estapafúrdias para deturpá-la e apresentando a justificativa de que o Estado precisa ficar bem armado para combater a subversão comunista – como se em todos os países mais democráticos do mundo o Estado não tivesse o mesmo objetivo.⁷

Não consigo entender por que alguns setores de nossa vida pública reivindicam “normalidade democrática” – pois como tal consideram [sic] à volta das famigeradas eleições diretas. Não foram elas que nos levaram à bancarrota, à inflação de quase 100% e à anarquia total de 1963?⁸

Além destas características, há muitas outras apreendidas na análise das cartas. Havia leitores que escreviam regularmente, e para ambas as revistas sobre o mesmo assunto, como se assim pudessem dar publicidade ao seu pensamento para o maior número de pessoas. Estas cartas, inclusive, podem comprovar que não havia manipulações

do conteúdo nas cartas pelas redações, a não ser um resumo que era de praxe e amplamente divulgado no final da seção, embora por parte da redação de *Veja*, percebe-se claramente a retirada de algumas palavras mais críticas revelando as diferenças de posicionamento político frente ao regime militar (autocensura) que cada uma das revistas adotava. Outra particularidade bastante interessante é que os leitores interagiam entre si com bastante frequência. Ou seja, algumas vezes eles concordavam ou estendiam apoio com o que outro missivista tinha expressado. Outras vezes eles se opunham e até criticavam. Ainda, em outros momentos, algumas cartas suscitavam até réplicas. Para corroborar essa particularidade, veja os exemplos seguintes:

Considero uma monstruosidade, um absurdo o comportamento dos políticos brasileiros. Ao invés de prestigiar a candidatura do eminente senador Magalhães Pinto, referendam a ascensão de mais um militar para a presidência da República. Proclamo-me um eleitor cassado. Não mais darei meu voto a qualquer deputado ou senador.⁹

[resposta] – Não entendo a ojeriza do leitor José Reynaldo Farias contra os militares, em especial o ilustre general Figueiredo. Pode-se discordar do processo da escolha, mas devemos reconhecer que no atual momento de consolidação da grandiosa obra revolucionária, não poderia ser de outra forma.¹⁰

Igualmente interessante, são as cartas que encaminham soluções e propostas para ajudar o Estado a resolver dada dificuldade presente no país naquele período, ao mesmo tempo em que aproveitam para emitir sua opinião, às vezes até críticas sobre a atuação do governo. Em uma mesma edição de *Veja* em março de 1979, um momento delicado sobre a crise do petróleo, há quatro cartas dando sugestões para economizar combustível. Nelas, os leitores-cidadãos sugerem que o governo se interesse mais pelo carvão, estabeleça rodízios para a circulação de veículos, incentive uma utilização maior do transporte coletivo, desde que a frota de ônibus em circulação não seja reduzida e ainda outra, transcrita abaixo, que enumera várias propostas para combater o problema:

Por ser assunto do momento e o governo estar pedindo, apresento minhas sugestões para a economia de derivados do petróleo: 1) ampliar e aperfeiçoar a rede ferroviária; 2) implantar e ampliar os metrô; 3) implantar os ônibus elétricos; 4) não enquadrar as motocicletas como “supérfluos” para importação.¹¹

No tocante a apresentação dos resultados referentes à *participação social* é predominante a preocupação sobre as greves ocorridas nesses anos, sobretudo em 1979, especialmente articuladas com o movimento operário do ABC e demais movimentos civis da sociedade por estarem também ligadas ao processo de abertura política. Neste contexto, as opiniões solicitavam atitudes do governo para a resolução de problemas, demonstravam indignação e algumas até ofereciam sugestões para a solução das questões que envolviam condições de salários, desemprego e, notadamente, das greves que poderiam colocar em risco o processo de redemocratização do país em um momento que a palavra de ordem

pregada pela maioria da sociedade era a conciliação. Esse temor gerou posições antagônicas, às vezes apoiando, às vezes argumentando que havia outros caminhos menos radicais, embora concordassem que os salários não satisfaziam as necessidades dos trabalhadores. Entretanto, nas cartas cujo conteúdo versava sobre como o governo reagiu às greves, percebeu-se que a maioria delas era crítica porque contrariava a intenção propagada de acabar com o arbítrio e reinstalar a democracia no Brasil.

Lendo VEJA nº 556 e acompanhando a movimentação grevista, sou levado a concluir que nem grevistas, nem governo sabem o significado disso. Talvez seja falta de treino de ambas as partes, mas tudo indica cegueira completa. A luta deve ser contra o subsalário, contra todo um complexo de fatos que acarretam esse “picadeiro” onde governantes e governados representam a democracia, como se ela fosse sinônimo de greve.¹²

O desfecho da greve do ABC é um momento trágico da história brasileira. Trágico porque mostrou-nos em toda sua hipocrisia a tão badalada “abertura”, e porque evidenciou, uma vez mais, o ódio de classe sentido pelas elites governantes em relação ao papel das massas na História. Diz a fraseologia do regime (utilizada, aliás, também pela oposição): “Cuidado, andemos com cuidado, para não perdermos as liberdades conquistadas”. Liberdades? De que liberdades me estão falando?¹³

Portanto, a análise das cartas relacionadas com o tema da participação social permitiu algumas considerações. Primeiro, em quase todas as cartas ficaram evidentes uma associação com o processo de abertura política, seja pelo receio de um retrocesso, seja por denunciar que a propalada abertura não satisfazia os anseios da população. Segundo, é perceptível uma tensão existente entre o governo e a sociedade na medida em que o primeiro não proporcionava os direitos básicos aos cidadãos e, terceiro, claramente demonstra a participação desses leitores-cidadãos em lutar pela conquista desses direitos.

Em relação à *participação econômica*, o foco principal girou em torno da crise econômica de então, porém relacionados com os aspectos políticos e sociais, na medida em que políticas mal aplicadas freqüentemente elevavam o custo de vida e a inflação, as quais interferiam no cotidiano da sociedade e, conseqüentemente, despertando manifestações dos leitores-cidadãos em busca de resolver os seus problemas, criticar ou, no mínimo, expressar suas insatisfações, sobretudo àquelas que diziam respeito à crise do petróleo, agravada, constantemente, por racionamentos e sucessivos aumentos no preço da gasolina. Por fim, a carta transcrita abaixo é elucidativa para sintetizar a realidade econômica do período e como as dificuldades eram tratadas pelos órgãos oficiais responsáveis para gerir a economia do país, além de apreender o sentimento dos cidadãos sobre este aspecto, inclusive demonstrando uma consciência crítica:

Não bastou o “pacote” político de abril. O governo federal baixou o “pacote” de contenção monetária. Àquele gerou o trauma popular contra o situacionismo revolucionário; e este, em má hora inspirado pelos tecnocratas, alheios à realidade e à necessidade nacionais, além de agravar, de vez, a economia do país, irá criar sérios problemas sociais, [...]. O “pacote” de restrição financeira, em verdade, embrulhou a pequena e média empresa, sem evitar o impulsionamento da inflação e custo de vida. [...], em relação a prósperas organizações

econômicas, ao revés, só foi benéfico. Assim, depois da prosperidade assegurada aos prósperos, [...], nossas burras foram esvaziadas e suas portas arrombadas, sobrando aos tecnocratas usarem de uma tranca para reparar fatos por eles consumados, à custa do anêmico e inerte povo brasileiro. Convivi, durante 35 anos, [...], com os mais ilustres ministros da Fazenda, mas não posso deixar de reconhecer que os piores, sob diferentes aspectos, foram os de 1964 para cá, estimulados por dominantes grupos estrangeiros, enquanto distanciados e insensíveis à situação de asfixia de empresários e trabalhadores brasileiros.¹⁴

Mais especificamente sobre os temas políticos, muitas cartas emitem opiniões sobre o processo eleitoral e o restabelecimento de eleições diretas para os cargos do poder executivo, tanto para os Estados, como para o presidente da República, mencionando a capacidade do povo de votar diretamente e o que pensavam sobre a Lei Falcão, o voto vinculado e os senadores biônicos, conjecturando quais conseqüências isto teria para o processo de redemocratização da nação. Neste tema complexo do processo eleitoral e por qual maneira deveria se conduzir à abertura política percebe-se diferentes opiniões nas cartas da *Veja* e *Istoé*. Nelas foram detectadas muitas opiniões favoráveis por temerem um retorno ao arbítrio ou à instabilidade política existente antes de 1964. Mas, a maior parte das cartas continha claramente um tom crítico, manifestando que manter eleições indiretas era insustentável e consubstanciava um abuso de poder.

Também se percebeu uma discussão acalorada da sociedade sobre a concessão ou não da anistia, demonstrando uma nítida divisão da sociedade neste polêmico tema. Entretanto, o sentimento marcante era favorável à concessão dela, embora suscitasse algumas preocupações no tocante a atuação futura dos ex-exilados. Diferente, no entanto, foram as cartas que opinaram sobre o desrespeito aos direitos humanos espelhados nas ações repressivas executadas pelos órgãos repressores do regime militar. Em linhas gerais, a quase totalidade das cartas expressava que essa prática, além de ser abusiva e condenável, prejudicava e denunciava a legitimidade da abertura democrática em andamento, especialmente porque se notava que a objurgação continuava agindo, sobretudo quando se via a ocorrência de prisões arbitrárias, seqüestros, cerceamento da liberdade, demissão de funcionários públicos discordantes, entre outras ações ainda praticadas pela ditadura. Portanto, mostrando repúdio e condenação às ações repressivas realizadas pelo governo e, inclusive, afirmando que estes atos não se justificavam para conter os opositores do regime. Além disso, outras cartas comprovavam que as propagandas políticas empreendidas pelo governo em vigência ao longo de toda a ditadura obtiveram sucesso em esconder da sociedade este tipo de ação, conforme se vê nas transcrições seguintes:

A reportagem sobre os porões do governo Médice (VEJA nº 546) é de estarrecer. O índice de brutalização das bestas-feras que matam um seu semelhante a sangue-frio, a pontapés, e que submetem uma criança de 4 meses a choques elétricos a fim de obter confissão da mãe é de provocar inveja em Idi Amin e de fazer chorar de emoção um oficial da SS.¹⁵

Li e reli a reportagem especial do nº 546 [Descendo aos porões], porque me custou acreditar que o Brasil, até então para mim um exemplo para o mundo na questão dos direitos humanos, não passava de um de seus maiores violadores. Espero que essa fase negra já tenha passado e que Deus ampare as famílias dos inocentes.¹⁶

Como se pode concluir, todas as cartas expostas relacionam-se com o processo de redemocratização como um todo, verificada na carta abaixo que reflete uma síntese do pensamento político do leitor-cidadão e sua conseqüente participação política.

Outrora tínhamos uma democracia, embora deficiente e claudicante. O eleitor, quando comparecia às urnas, escolhia e votava nos candidatos à Presidência da República, nos senadores, deputados federais, deputados estaduais, e, nas eleições municipais, nos prefeitos e vereadores. De 64 para cá, investiram no corpo frágil da pobre democracia que tínhamos, desferindo terríveis golpes, e sobre o seu esqueleto, que é o que ainda resta, os urubus do atual regime, depois de profanarem o seu cadáver, jogaram sobre o mesmo esse amontoado de “pacotes” e leis de exceção, entre elas a malfadada Lei Falcão, de cujo ventre foram gerados os senadores biônicos e os governadores, que dão uma idéia exata do Brasil-capitania. E não é só isso. Há que julgar também a insegurança do consumidor, a maior vítima do regime que deu de presente às classes menos favorecidas o alto custo de vida e uma inflação que tudo come e devora, e os detentores do poder querem que aceitemos de crista baixa as suas imposições. Por isso, e por todas estas imoralidades e esse descaso pelo eleitor, continuarei anulando o meu voto enquanto esse malfadado regime perdurar”.¹⁷

As cartas transcritas neste artigo permitem verificar que o leitor-cidadão é impelido a escrever para a seção *Cartas* dessas revistas por sentir a necessidade de expressar suas opiniões, contrárias ou não ao regime militar, muitas vezes fazendo críticas contundentes, além de questionamentos e até cobranças das autoridades governamentais sobre os temas que lhe interessava sem receio das possíveis represálias que poderiam advir em um regime de arbítrio, bem como independentemente das posturas assumidas pelas revistas quanto ao sistema vigente. Ao fazer isto, deve-se entender que o missivista nomeia, registra e até compartilha suas apreensões com o restante do país e, em muitos casos, procurando até atingir alguma autoridade que pudesse resolver o que lhe incomodava de mais imediato. Dessa forma, ele torna-se também um agente político e, por que não dizer, histórico, na medida em que expressa também as divisões e os antagonismos de sua sociedade.

Desde 1955, quando comecei a participar, como eleitor, da vida política do país, tenho observado que, apesar das diversas mudanças de governo, a situação econômica continua a mesma. Os futuros dirigentes, agora, repetem a triste recomendação do “apertar os cintos”. E a oposição, em vez de apresentar soluções, só se preocupa com a badalada “anistia”, como se esta fosse solução mágica para todas as aflições do povo brasileiro. Soluções existem, algumas até bem simples, desde que os governantes, pondo de lado o comodismo e a burocracia excessiva, tenham a boa vontade e o pulso forte para colocá-las em ação.¹⁸

Também é importante registrar que, em todos os autores e obras pesquisadas que estudaram o processo de abertura política¹⁹, nenhuma delas se refere a uma *participação* da sociedade de forma *direta e individual* sem fazer parte de movimentos coletivos ou de instituições organizadas. Assim como as cartas dos leitores publicadas nas revistas analisadas mostraram que a participação dos leitores-cidadãos em seus aspectos políticos,

econômicos e sociais não foi passiva por temerem contestar a autoridade constituída e nem que se deu apenas nos novos movimentos coletivos que ora se manifestavam. Pelo contrário, estas manifestações, reflexões e opiniões individuais expressas nas cartas, feitas por sujeitos anônimos sobre os diversos assuntos que ora se desenrolavam, somaram-se a estes e outros setores da sociedade brasileira que, naquele momento, lutavam para o restabelecimento de um regime democrático no país, além de evidenciar uma prática da cidadania desses leitores-cidadãos, na medida em que buscavam por seus direitos políticos, sociais e econômicos e, por conseguinte, a existência de uma participação política *ativa e direta*. Como não havia, naquela ocasião, um canal próprio para se comunicar com o governo os leitores-cidadãos usaram a seção *Cartas* das revistas *Veja* e *Istoé* para isso. Ou seja, estes leitores criaram um novo espaço para suas reivindicações.

Além disso, não coube a este trabalho analisar se essa participação foi ou não favorável ao regime militar vigente no país. Nesse aspecto, ficou claro através de algumas cartas que, durante a ditadura militar, havia setores concordantes inseridos no seio da sociedade, portanto, a ditadura não se mantendo apenas pela força. No entanto e apesar disto, a constatação da análise realizada pela pesquisa foi que a maioria das cartas, pela quantidade e pela contundência das opiniões expressas, colocara-se contrária a este regime, além de evidenciar a existência de uma tensão entre a sociedade e a ditadura detectada nos pensamentos manifestados destes cidadãos. Dessa forma, pode-se concluir que houve uma *participação ativa e direta* dos leitores-cidadãos na seção *Cartas* da *Veja* e *Istoé* e, mais do que isso, *individual*, na medida em que esses leitores estavam dissociados das agremiações coletivas.

¹ A edição do AI-5 de 13/12/1968 decretado durante o governo do general Costa e Silva serviu para limitar os poderes do Legislativo e restabelecer maiores poderes ao presidente da República que voltava a ter o direito de fechar o Congresso Nacional (proibido pela Constituição de 1967), determinar a censura a toda e qualquer manifestação de pensamento, cassar mandatos e suspender garantias políticas e as prerrogativas da magistratura, demitir ou aposentar funcionários públicos. Enfim, limitar e extinguir liberdades democráticas e suspender garantias constitucionais como o direito de *habeas corpus* para crimes de natureza política. Além disso, ao contrário dos atos anteriores, este não tinha prazo para acabar, o que ocorreu somente em 31/12/78. FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*, 2001. p. 265. BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*, 1990. p. 312 e AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência*, 1999. p. 206.

² Conforme pode se observar em REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedades*, 2000. p. 65-69; FAUSTO, Boris. Op. cit., p. 270-281; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar. In: NOVAIS, Fernando. (Coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz. (Org.), *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, 1998. v. 4, p. 319-409, por exemplo.

³ Exceto as reportagens e as seções *Carta ao Leitor* e *Política* que serão retiradas diretamente das revistas *Veja* e *Istoé* dos respectivos anos, as outras fontes especificadas se encontram em MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*, 1980, no apêndice, p. 163-312.

⁴ O leitor-cidadão deve ser compreendido neste trabalho como um leitor das revistas *Veja* e *Istoé* que, ao receber as informações transmitidas por essas revistas, era impelido a expressar sua opinião, contrária ou não, através da seção *Cartas*, participando da sociedade brasileira daquele momento, exercendo de forma direta e individual sua cidadania e contribuindo para a redemocratização do Brasil.

⁵ GALINDO, Adalberto Eudes. *Veja*, nº 521, 30/08/78. *Cartas*, p. 10. Este leitor, um paulista, parabeniza um artigo que critica a falta de políticos decentes no país.

⁶ FONZAR, Dina Maria. *Istoé*, nº 140, 29/08/79. *Cartas*, p. 96. Essa leitora fala que foi muito divertida a matéria, porém verdadeira, sobre as péssimas condições do transporte coletivo na cidade de São Paulo.

⁷ SILVA, Francisco Cunha e. *Veja*, nº 500, 05/04/78. *Cartas*, p. 8.

⁸ GUIMARÃES, Romade. *Veja*, nº 487, 04/01/78. *Cartas*, p. 10.

⁹ SIMONSEN, José Reynaldo Farias. *Veja*, nº 489, 18/01/78. *Cartas*, p. 10.

¹⁰ PISKE, Ferdinando. *Veja*, nº 491, 01/02/78. *Cartas*, p. 8.

¹¹ NICKEL, Aramis A. *Veja*, 551, 28/03/79. *Cartas*, p. 10. Os outros leitores são Luiz C. Lasek, Ruy Nepomuceno Filho e Maurício Francisco Miszewski respectivamente, todas na mesma edição e página.

¹² FERNANDES, Pedro. *Veja*, 558, 16/05/79. *Cartas*, p. 10.

¹³ MINOLFI, Maurício. *Istoé*, nº 122, 25/04/79. *Cartas*, p. 104.

¹⁴ PRIETO, César. *Istoé*, nº 108, 17/01/79. *Cartas*, p. 80.

¹⁵ M. FILHO, José de Souza. *Veja*, nº 548, 07/03/79. *Cartas*, p. 6.

¹⁶ CAMPOS, Fernando Roberto. *Veja*, nº 548, 07/03/79. *Cartas*, p. 6.

¹⁷ ABREU, David Soares. *Istoé*, nº 102, 06/12/78. *Cartas*, p. 113.

¹⁸ FERREIRA, Cláudio José Fonseca. *Veja*, nº 546, 21/02/79. *Cartas*, p. 12.

¹⁹ Entre alguns deles estão os autores e obras: ABREU, João Batista de. *As manobras da informação*, 2000; CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*, 2001; CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência*, 1986; DIAZ BORDENAVE, Juan E. O que é participação? 1983; LAMOUNIR, Bolívar. Apontamentos sobre a questão democrática brasileira. In: *Como renasce as democracias*, 1985; RIBEIRO, Renato Janine. *A Democracia*, 2001; VIOLA, Eduardo; MAINWARING, Scott. Novos movimentos sociais: cultura política e democracia. Brasil e Argentina. In: *Uma revolução no cotidiano?* 1987.